
APRESENTAÇÃO

O exercício crítico que deu origem à confecção de uma história literária sulina revelou, desde logo, o equilíbrio entre autonomia e pertencimento como o traço mais marcante de nossas produções. Na visão dos primeiros cronistas, ainda no século XIX, o grande desafio da historiografia literária rio-grandense estaria em mostrar o quanto a literatura regional harmonizava aspectos locais e nacionais. Entendiam os primeiros divulgadores que, por isso, tal produção integrava-se perfeitamente ao conjunto brasileiro, de modo que seria justo reconhecer-lhe como uma parte indissociável do todo.

O ideário da integração nacional já animava, por exemplo, o Partenon Literário. Como se sabe, essa agremiação, fundada em Porto Alegre, no final da década de 1860, promoveu as ações que, a despeito do acanhamento do meio, respaldaram a primeira noção de conjunto alcançada por nossa literatura. Essas ações eram pautadas, dentre outros aspectos, pela divulgação de autores locais e pela publicidade dos principais românticos ainda em plena circulação. Afirmaram-se, nesse contexto, críticos que alcançaram renome e criaram no incipiente público leitor um renovado interesse por nossos poetas e prosadores.

Esse mesmo princípio de uma literatura própria, balanceada entre a cor local e as grandes correntes nacionalmente reconhecidas e cultivadas, vamos encontrar na primeira metade do século XX, quando lemos as justificativas de nossas histórias literárias pioneiras. João Pinto da Silva e Guilhermino César, nas obras de 24 e 56, explicitam, respectivamente, que suas histórias optam por valorizar, na literatura sulina, os dados que permitem verificar, localmente, traços gerais. Para esses historiadores, portanto, nossa literatura, mesmo com suas particularidades e com potencial qualificado de obras e autores, capazes de lhe garantir existência autônoma, integra-se perfeitamente à literatura praticada nos centros irradiadores da cultura brasileira. Aqui, como lá, o canto da terra incorpora o viés dos movimentos espirituais dominantes que reconhecemos como correntes estéticas.

Poderíamos afirmar que o que anima João Pinto e Guilhermino César – e já animava antes deles nossos primeiros críticos – é a compreensão da literatura como um sistema. Essa

mesma noção orientará, mais tarde, o pensamento de Antonio Candido, que, aliás, empresta-lhe uma definição apropriada e ainda hoje bastante útil. No Prefácio de sua *Formação da Literatura Brasileira* (1959), o autor escreve:

[o sistema se forma através de obras caracterizadas] por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes numa fase. Estes dominantes são além das características internas (língua, temas, imagens), certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização. Entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtos literários, mais ou menos conscientes de seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor (de modo geral, uma linguagem traduzida em estilos), que liga uns aos outros.

Com a noção de sistema, Candido salienta que as obras não surgem como fenômenos pontuais, como expressão individual, mas como um evento de natureza sociológica, posto que indivíduos e contextos sociais são entidades indissociáveis de uma equação dialógica que, na prática, restringe e torna relativa a noção de autonomia. Assim como o mundo social apenas pode existir através dos indivíduos, o contrário também é verdadeiro. Logo, para a compressão de qualquer literatura torna-se fundamental detectar-lhe meios e veículos que formam a cadeia que lhe dá suporte e materialidade. Sem tais aspectos, como sustenta Candido, um texto é letra morta.

A verificação dos primeiros críticos e historiadores permite, hoje, recuperar essa idéia de conjunto não apenas sobre o par local/nacional que ocupou os primórdios de nossa formação literária, mas também sobre os diversos agentes constitutivos de nosso sistema.

Nesse capítulo dos agentes literários – chamemo-los assim – a enumeração pode ser longa e exaustiva. A título de ilustração, destaquemos a importância que ocupam as publicações especializadas, as bibliotecas, os editores e os livreiros. Reconheçamo-lhes a condição de agentes primários de amplificação do sistema, porque, desde logo, colocam-se ao lado de autores e obras na ordenação de uma literatura. Referi-los, por outro lado, permite-nos detectar que a disciplinarização é outro agente importante, embora, talvez, entre os estudiosos da questão, ainda

não tenha alcançado reconhecimento que se equipare, por exemplo, à atenção que se tem dispensado à trajetória de livros e leitores. Por disciplinarização entendemos o processo de dar à literatura o estatuto de disciplina, de torná-la, enfim, objeto regular de ensino.

Através dos ensaios que compõem este número da série *Fragmentum* do nosso PPGL, é fácil perceber o quanto a disciplinarização ampliou a capacidade de multiplicação e facilitou a sistematização de todos os demais agentes integrantes de nosso sistema literário. O trabalho que a colega Verli gentilmente me convida para apresentar deve ser saudado, portanto, por esse particular: trata-se de estudo sobre um aspecto essencial da afirmação orgânica de nossa (s) literatura (s), responsável por reforçar-lhe o caráter de bem cultural representativo de nossa identidade regional.

Olhada por este viés da afirmação, tão importante para uma literatura que aspira reconhecimento entre produções já afirmadas – caso do Rio Grande do Sul em relação aos centros culturais historicamente hegemônicos do Brasil – a leitura dos artigos deste volume permite perceber que, entre nós, a disciplinarização aparece como um coroamento dos esforços empreendido pelos pioneiros. Ao sistematizarem estudos sobre literatura rio-grandense, em suas grades curriculares, nossas Faculdades de Letras reconheceram a importância e a representatividade de tal objeto. O mais saliente, no entanto, foi o forte fator de multiplicação que a iniciativa proporcionou. Como disciplina, tal literatura renovou e ampliou círculos de leitores, ganhou estudos submetidos a metodologias atualizadas e acordou o interesse por sua história – a ponto de novos historiadores terem surgido nesse contexto. Logo, a disciplina chancelou o alcance e deu uma feição mais definida à nossa literatura.

Os textos que compõem este *Fragmentum* objetivam, justamente, historiar e mostrar a importância dessa contribuição acadêmica. Ademais, ao tratar dessas questões, a professora Verli Fátima Petri da Silveira, colega da UFSM, nos dá um exemplo competente de como as áreas podem se integrar na pesquisa em Letras. Segundo orientação de Verli, a literatura vira objeto de um projeto cujo mote é *A História das Idéias Lingüísticas* e cujos pressupostos são da Análise do Discurso. Como o leitor poderá se inteirar, seguindo as explicações da autora, esse trânsito entre o literário e o lingüístico pode ser mais fácil e óbvio do que costumamos imaginar.

Além do texto da professora Verli, que coordena o trabalho, vamos encontrar, na seqüência, as contribuições assinadas por suas parceiras de pesquisa. Priscila Finger do Prado apresenta importantes contribuições sobre a história da disciplina na UFSM e Daiane Silveira, no ensaio final deste número, aborda as formas discursivas da produção desse saber.

Deixo-vos com a leitura dos textos e a reflexão de que toda vez que nos voltamos para estas questões que cercam e dão corpo a um sistema literário – e, como vimos, a disciplinarização é uma dessas questões – nos damos conta de que identificar-lhes e verificar a importância que ocupam, nesse sinuoso percurso da formação e da afirmação de uma literatura, significa ampliar a compreensão necessária sobre o que produzimos e consumimos. E isso é fundamental. Para a literatura. E para a vida.

Pedro Brum Santos

Professor de literatura, Curso de Letras/UFSM